Pensamento Singular e Atos de Pensamento Episódicos*

Soutif Ludovic

Pontifícia Universidade Catolica do Rio de Janeiro
Department of Philosophy
Rua Marquês de São Vicente, 225, Gávea, Rio de Janeiro.
Brazil
lsoutif@gmail.com

Article info
CDD: 108
Received: 29.09.2017; Revised : 18.01.2018; Accepted: 13.11.2017
DOI: http://dx.doi.org/10.1590/0100-6045.2018.V41N1.SL

Keywords:
Pensamento singular
Atos de pensamento episódicos
Rotas semânticas padrão

RESUMO

No debate acerca da singularidade de, pelos menos, alguns de nossos pensamentos sobre o mundo, assume-se corriqueiramente que o responsável pela natureza singular do episódio mental não é o próprio episódio e, sim, a proposição singular expressa quer por um proferimento assertórico de sentença singular autônoma, quer pela cláusula complementar em um relato de atribuição de atitude proposicional. As rotas semânticas padrão assumem que a singularidade do episódio mental (conceitual) é por assim dizer "herdada" da singularidade do conteúdo. Argumento que este pressuposto apresenta uma lacuna, pois desconsidera o papel desempenhado em certos atos de pensamento, chamados de *episódicos*, por habilidades cognitivas tais como a capacidade de perceber objetos particulares, de vivenciar (novamente) ou de projetar-se mentalmente em direção a acontecimentos particulares pessoais, diretamente responsáveis por sua singularidade. No entanto, contra a tese de que haveria *capacidades* episódicas aí envolvidas, argumento que a singularidade dos atos de pensar episódicos se dá pelo exercício pontual no espaço e no tempo dessas capacidades e há, portanto, um sentido não derivado em que eles podem ser qualificados como singulares.

---

* O presente artigo foi escrito com o apoio financeiro do CNPq (bolsa PQ nível 2) ao qual sou grato. Agradeço ainda a Pedro Carné por ter me ajudado na releitura do artigo e na tradução de um trecho para o português.

1. Introdução

No presente artigo, investigo um caminho cognitivo alternativo a que chamo de *Rotas Semânticas Padrão* (daqui em diante, RSP) para o pensamento singular, o qual passa pela caracterização de, pelo menos, alguns de nossos estados mentais conceituais sobre particulares do mundo como atos de pensamento episódicos (*episodic thinkings*). As RSP exploram a heurística proporcionada pelo estudo da natureza da contribuição semântica dos componentes subsentenciais (especialmente, dos chamados *termos singulares* na posição de sujeito) às condições de verdade das sentenças em que ocorrem para tirar conclusões sobre a natureza dos próprios estados (episódios, atos) mentais. Elas assumem que, caso alguns de nossos estados mentais conceituais sejam genuinamente acerca de particulares, sua singularidade é, por assim dizer, 'herdada' da singularidade do conteúdo semântico para o qual o estado mental encontra-se voltado. Tal pressuposto desconsidera, a meu ver, a possibilidade da singularidade do pensamento (em sentido psicológico) ser diretamente assegurada em alguns casos pelo exercício pontual de capacidades cognitivas tais como a capacidade de perceber um objeto particular, de lembrar-se de um acontecimento específico ou ainda de projetar-se em direção a tais acontecimentos futuros. Essa possibilidade é destacada tanto por pesquisas recentes em psicologia cognitiva quanto por filósofos atentos ao tipo de capacidade cognitiva requerida para se pensar em objetos particulares na presença perceptual de tais objetos. No que segue, investigo esse caminho cognitivo alternativo. No entanto, traço uma distinção nítida entre capacidade e exercício com a intenção de argumentar que apenas os exercícios apresentam a propriedade de serem episódicos. Tenta-se ainda destacar um sentido não derivado em que os próprios atos de pensamento podem ser qualificados como singulares.

2. O debate

Nestes últimos sete anos, tem-se presenciado a retomada de um debate acerca da natureza de nossos estados mentais (em especial, estados mentais de

nível superior tais como pensamentos) direcionados para o mundo[1]. Nesta seção apresento, em grandes linhas, o debate no intuito de chegar a uma caracterização mais precisa do tipo de estratégia explanatória acima chamada de *RSP*.

No que tange aos pensamentos singulares, o debate gira em torno de três questões:

1) O que é pensamento singular?
2) Há pensamentos singulares?
3) O que faz com que um pensamento seja singular?

A primeira é a questão da natureza. Busca-se uma resposta em forma de definição real do (conceito de) pensamento singular. A grande maioria dos autores na literatura define pensamento singular, em contraposição a geral, como pensamento *não descritivo* acerca de particulares[2]. Trata-se, em verdade, de definir o pensamento singular pelo que ele *não* é. Tal definição tem (pelo menos) dois méritos: não somente ela não pressupõe uma teoria substantiva do pensamento singular – o que é sem dúvida uma vantagem, tendo em vista a pluralidade de definições na literatura comprometidas com alguma teoria de singularidade –, mas ainda consegue articular as notas características do *definiendum* mediante o uso de uma noção presumivelmente mais clara, a de pensamento descritivo[3] (Martone, 2016). Sendo um pensamento acerca de um particular descritivo em virtude da satisfação por este, e somente por ele, da condição identificadora linguisticamente codificada pela descrição definida, pode-se definir o pensamento singular, em contraposição a descritivo, como pensamento que não precisa de condição identificadora para ser acerca de um particular.

Acho essa definição boa e útil ainda por outro motivo: ela possibilita um mapeamento do espaço cognitivo dos pensamentos e, portanto, uma localização mais precisa dos pensamentos singulares dentro do espaço.

---

[1] Um marco na história do debate foi a publicação de Jeshion (2010). De fato, a retomada iniciou-se com essa publicação.

[2] Ver, por exemplo, Bach (1994), Bach (2010), Jeshion (2010), Recanati (2010).

[3] Entende-se aqui por *descritivo* um pensamento expresso por alguma descrição definida da forma *o* ϕ.

Voltando à definição acima, é claro que ela contrapõe, conforme esperado, os pensamentos singulares não somente aos descritivos, mas ainda à categoria inteira dos pensamentos gerais – sendo os pensamentos descritivos membros especiais da categoria. Os pensamentos gerais são voltados exclusivamente para propriedades (monádicas ou de aridade superior) enquanto pensamentos singulares são voltados, pelo menos parcialmente, para particulares (Recanati, 2010). Os pensamentos descritivos são instâncias de pensamentos gerais, pois são instâncias de pensamentos quantificados. Assumindo a análise russelliana padrão das descrições definidas no contexto das sentenças em que ocorrem, os pensamentos expressos por elas podem ser vistos como quantificados, pois informam a quantidade de objetos do domínio satisfazendo a propriedade denotada pela descrição – no caso, exatamente um (Russell, 1905). Eles se contrapõem, portanto, aos pensamentos singulares não apenas por precisarem de condição identificadora para serem acerca de um particular, mas ainda por serem analisáveis como membros da categoria dos pensamentos gerais expressos por quantificadores como "alguém é *F*", "a maioria dos *F* é *G*", "2 *F*s são *G*", etc[4].

Outra vantagem da definição: ela dá espaço a casos possíveis de pensamentos singulares expressos por usos referenciais de descrições definidas, pois neste caso a descrição não é essencial à identificação do particular que o falante tem 'em mente' (Donnellan, 1966), ou ainda associados a um modo descritivo de identificação do objeto desde que a avaliação do pensamento seja causalmente determinada pelo conteúdo informativo (não conceitual) do estado (*e.g* perceptivo) correspondente, como ocorre no caso dos pensamentos sobre particulares (*particular-thoughts*) baseados em informações (Evans, 1982, cap. 5).

[4] Vale notar que nem todos os pensamentos gerais são quantificados. Por exemplo, o pensamento expresso por um proferimento de sentença do tipo "tigres têm listras" é intuitivamente geral, pois expressa uma verdade sobre tigres, não sobre tigre(s) específico(s). Porém, não se trata de pensamento quantificado, pois não contem nenhuma informação sobre a quantidade de tigres que precisam ter listras para tornar o proferimento verdadeiro. (De fato, é verdadeiro ainda que nem todos os tigres apresentem listras; o que não devia ser o caso se fosse interpretado como proferimento de sentença universalmente quantificada.) Sendo pelo menos em parte acerca de particular(es), os pensamentos singulares se contrapõem, portanto, tanto aos gerais quantificados (logo, descritivos) quanto aos genéricos. Sobre genéricos, ver Leslie; Lerner (2016).

Tendo em vista o mapeamento acima e os casos acomodados por ele, podemos reformular a definição em termos positivos do seguinte modo: pensamentos singulares são, por definição, pensamentos sobre particulares *enquanto particulares* – em contraposição a instanciadores de propriedade ou satisfazedores de condição identificadora.

A segunda pergunta é a da existência (ou não) de pensamentos singulares no sentido definido. Parece trivial afirmar que há (Bach, 2010). Contudo, não é. Isto não apenas porque há quem defende a tese generalista oposta[5], mas ainda porque não há resposta informativa à pergunta enquanto não forem investigados os mecanismos semânticos, epistêmicos e cognitivos envolvidos na expressão/atribuição de pensamentos singulares ou na formação de representações mentais *de* particulares.

É importante não confundir a primeira com a terceira pergunta. Aquela pede uma definição dos pensamentos singulares enquanto esta nos remete a possíveis modelos de explanação ou teorias substantivas de singularidade. Outro mérito da definição acima (além dos destacados) é que ela deixa em aberto a forma a ser assumida por uma teoria substantiva de singularidade. Existem três grandes tipos de teoria substantiva na literatura. O primeiro explica a singularidade de (pelo menos) alguns de nossos estados mentais em termos de relação a conteúdos semânticos singulares. O segundo, em termos de satisfação (pelo sujeito) de alguma condição epistêmica tal como a condição de *acquaintance* causal e/ou epistêmica com o objeto de pensamento[6]. O terceiro, em termos de mecanismos cognitivos de formação de representações mentais (*i.e.*, de veículos mentais singulares tais como nomes ou arquivos mentais) *de* objetos particulares. Existem ainda teorias mistas (por exemplo, semânticas *e* epistêmicas ou semânticas *e* cognitivas) que juntam dois destes grandes tipos de

---

[5] *E.g.* Kant e Frege, de acordo com a interpretação conceitual padrão da noção de *Sinn*. Ver Thompson (1972) em relação ao primeiro, Church (1951, p. 11) em relação ao segundo.

[6] Sobre a distinção, ver Hawthorne; Manley (2012, pp. 20-23). Contudo, vale ressaltar que a chamada *acquaintance causal* também é (condição) epistêmica, pois requer que o sujeito tenha algum vínculo causal *informativo* com o objeto de pensamento. Já a chamada *acquaintance epistêmica* remete a algum tipo de conhecimento (*e.g.* discriminatório) que o sujeito tem de ter para ser creditado com pensamento singular (Evans, 1982, cap. 4).

explanação. As teorias que pretendo avaliar, as chamadas *RSP*, são do primeiro tipo. Elas respondem à terceira pergunta explicando a singularidade de alguns de nossos pensamentos em termos de relação do sujeito com conteúdos semânticos singulares. Mas antes de prosseguir para a sua avaliação, é preciso distinguir dois sentidos em que se pode entender a palavra 'pensamento'.

3. Dois sentidos de 'pensamento'

Refere-se corriqueiramente a pensamentos tidos em tal e tal ocasião ou, talvez, em diversas ocasiões, como se 'pensamento' denotasse uma única e mesma entidade. No entanto, conforme observado por Crane (2011, p. 22; 2013, p. 140), a própria palavra é ambígua. Caso se queira referir, digamos, ao pensamento tido ontem no instante *i* a respeito de tal e tal acontecimento, a entidade denotada pela palavra é, intuitivamente, o episódio mental ocorrido (o ato mental executado) ao se pensar algo. Mas assim que se tentar especificar *o que* foi pensado ontem ao executar o ato mental, a mesma palavra passa a denotar outra entidade, a saber, o conteúdo do ato. O conteúdo de pensamento é tipicamente aquilo que expressa a cláusula complementar do verbo psicológico em relatos de atribuição da forma *S pensa* ***que p***. Assim, costuma-se distinguir na análise lógica deste tipo de relato entre o estado (episódio, ato, atitude) mental atribuído(a) a *S*, ou seja, o 'pensamento' em sentido psicológico e o conteúdo ao qual *S* se relaciona atitudinalmente (mentalmente), ou seja, o 'pensamento' no sentido não psicológico, semântico-metafísico de *proposição*[7]. Tal distinção é de fundamental importância não somente para entender as motivações das *RSP* (ver seç. 5 abaixo), mas ainda para submeter a própria noção de capacidade episódica a um exame crítico – do tipo realizado na seç. 8 abaixo.

[7] Não me comprometo aqui com a tese de que todo (conteúdo de) pensamento é proposicional. Ao contrário, parece razoável sustentar que alguns pensamentos, em especial os que se atribuem aos animais superiores e às crianças que ainda não dominam a linguagem, não têm conteúdo proposicional. Sobre o papel dos pensamentos não proposicionais para a explicação do comportamento dos seres não linguísticos, ver Bermúdez (2003).

Na medida em que existe uma distinção bastante intuitiva entre dois sentidos (psicológico X semântico) de 'pensamento', deve existir um conjunto de características próprias pelas quais cada sentido se destaca. As características corriqueiramente atribuídas aos pensamentos em sentido psicológico são estas: os episódios (atos) mentais são individuais (isto é, ocorridos em, ou executados por pessoas individuais [8]), privados (acessíveis apenas à pessoa ou, eventualmente, às pessoas em que ocorrem), localizados no espaço-tempo (como no exemplo acima), inefáveis (pois, descritíveis apenas *via* seu conteúdo) e irrepetíveis (pois, individualizados por sua ocorrência no espaço-tempo). Em contraposição a isto, os pensamentos em sentido semântico se destacam pelo fato de não serem essencialmente ligados a portadores individuais, de serem públicos (isto é, acessíveis sem restrição, inclusive às pessoas em que tais pensamentos não ocorrem), sem localização espaço-temporal, efáveis (pois, articuláveis sem resto pela clausula complementar de um verbo psicológico) e repetíveis (contempláveis em diversas ocasiões).

4. O pressuposto das RSP

Quem opta por uma abordagem semântica não mista da singularidade de, pelo menos, alguns de nossos pensamentos sobre o mundo assume corriqueiramente o seguinte:

<PRSP [9]> Caso o pensamento seja singular, o portador primário de singularidade é o conteúdo de pensamento [*i.e.*, o 'pensamento' em sentido semântico], sendo o episódio (ato) mental *singular* em sentido derivado.

Este pressuposto subjaz às teorias ingênua do pensamento singular e direta das crenças (e demais atitudes) *de re*[10]. De acordo com essas teorias, basta o

[8] Isto não inviabiliza claro, a noção de pensamento *coletivo* no sentido psicológico de estado mental intencional de nível superior tido por indivíduo*s*, pois a própria intencionalidade, apesar de ser compartilhada – nos casos relevantes de pensamento coletivo, não deixa de ser atribuível aos indivíduos membros do grupo.
[9] Pressuposto das Rotas Semânticas Padrão.

conteúdo (de pensamento) expresso ser singular, ou seja, envolver o próprio objeto referido (em contexto) pelo termo singular para que o episódio mental voltado para o conteúdo o seja.

No entanto, é preciso atentar para a diferença entre dois casos: o de conteúdos singulares (de pensamento) expressos por proferimentos assertivos de sentenças autônomas (*free-standing*) da forma *Φt* e o de conteúdos singulares expressos pelas cláusulas complementares de relatos de atribuição de atitudes proposicionais da forma *S crê/pensa...que* p. Sabe-se que estes colocam desafios lógicos e semânticos característicos dos chamados fenômenos intensionais: entre eles, o desafio de explicar as falhas de substitutividade *salve veritate* de termos singulares coextensionais neste tipo de construção. Enquanto uma explanação de tais falhas não estiver disponível para este tipo de construção, não se pode tomar a tese singularista (*i.e.* a tese de que há pensamentos singulares ou crenças *de re*) como certa, até porque nada garante que o modo de apreender o conteúdo singular (*de re*), ao qual esses relatos são sensíveis no que tange ao seu valor de verdade não seja parte do próprio conteúdo – o tornando *eo ipso de dicto*. De fato, parte do desafio enfrentado pela teoria ingênua é explicar essas falhas de tal forma que a explanação proporcionada seja compatível com a tese de que pensamentos singulares ou crenças *de re* são nada mais do que relações do sujeito com conteúdos proposicionais singulares[11].

---

[10] A teoria ingênua (*naive theory)* é uma prototeoria do valor informativo das expressões e da sua contribuição ao valor informativo global dos proferimentos assertivos de sentenças em que ocorrem, segundo a qual o valor informativo de um termo singular é nada mais do que seu referente (sua extensão) que, por sua vez, é nada mais do que o próprio objeto referido pelo termo singular em contexto. Salmon (1989, p. 339), um dos seus mais famosos advogados, afirma que "a teoria ingênua proporciona ainda uma noção simples (*straightforward*) de crença *de re*, e demais atitudes proposicionais *de re*: crer *p* é crer a proposição *p*. Logo, crer *de* (*of*) ou *a respeito de* (*about*) Frege que *ele* é inteligente é crer a proposição, *de* ou *a respeito de* Frege, de que *ele* é inteligente." Já a teoria da crença direta afirma que crenças *de re* são relações não mediadas do sujeito com a proposição singular-objeto da crença. Trata-se de uma versão mais radical do millianismo (em filosofia da linguagem) aplicado às atitudes mentais, defendida por Berg (2012).

[11] A compatibilidade se dá pelo fato das falhas de substitutividade serem explicáveis, de acordo com Salmon (1986), em termos de conteúdos pragmáticos compartilhados para além do conteúdo semântico. A principal diferença com a teoria da crença direta é que

Mesmo assim, é preciso ainda atentar para a distinção entre dois casos correspondendo a dois meios relativamente seguros de detectar a presença de pensamentos singulares (ou crenças *de re*) em construções do tipo *S crê/pensa que* p: caso conste na cláusula complementar (pelo menos) um termo singular – como ocorre em *S* acha/pensa que *t é Φ* – e caso nela conste uma variável ligada por fora a um quantificador existencial – como ocorre em $\exists x\ C_s \Phi x$[12].

Tendo em vista as distinções acima e assumindo <PRSP>, pode-se explicar a singularidade de pelos menos alguns de nossos pensamentos, por um lado, pelo fato da contribuição do termo singular às condições de verdade da cláusula complementar ser diretamente referencial (ou seja, envolver o próprio objeto referido) caso o termo singular seja um nome próprio ordinário (Kripke, 1980), um indexical (Kaplan, 1989) ou ainda uma descrição definida usada referencialmente (Donnellan, 1966) e, por outro lado, pelo fato do conteúdo semântico do episódio mental precisar ser completado por uma interpretação contextual do esquema – simbolizado no relato pela fórmula aberta *Φx*. (Burge, 1977; Bach, 1994) Isto é, em grande linhas, o caminho trilhado pelas RSP.

As atitudes (epistêmicas) tomadas pelo sujeito em relação ao conteúdo ou as noções do particular às quais o valor de verdade do relato é sensível também podem se tornar relevantes desde que fiquem "do lado de fora" do conteúdo ou, então, não sejam analisáveis como representações puramente conceituais do objeto[13].

---

esta nega surpreendentemente que as falhas façam parte do dado a ser explicado. Ver Berg (2012, p. 9).

[12] Lê-se: "Há um *x* tal que S crê que *x* é *ϕ*". Este caso é controverso, pois pressupõe a disponibilidade de uma interpretação semântica coerente da quantificação (por fora) dentro da cláusula complementar — *i.e*, do *quantifying in*. No entanto, vale ressaltar que, apesar de ser cético com relação à disponibilidade de tal interpretação, o próprio Quine (1956) reconhece que a construção incoerente ("Ralph believes *of* the man Ralph saw at *t* that he is a spy") pode ser substituída por uma coerente ("Ralph believes$_R$ the man Ralph saw at *t* to be a spy") em que a distinção sintática com relatos *de dicto* ("nocionais") fique nítida e a validade da generalização existencial seja garantida. Sobre isto, ver Salmon (2010).

[13] Este ponto é assumido pela grande maioria das teorias de conteúdos singulares enquanto conteúdos de pensamentos, sendo a teoria da crença direta uma notável exceção.

A seguir, analiso as motivações das RSP.

5. Motivações

A distinção acima entre dois sentidos de 'pensamento' (assumida pelas RSP no que diz respeito ao pensamento em geral e, em especial, ao pensamento singular) aponta para duas séries de motivações oriundas, por um lado, da teoria de pensamento proposicional e, por outro, da teoria de pensamento enquanto episódio (ato, atitude) mental.

Uma das características-chave da aproximação em termos proposicionais da noção de pensamento evidenciada pela distinção acima é dar inteligibilidade à ideia de atitudes adotadas (atos realizados) – quer simultaneamente, quer no decorrer do tempo – pelo mesmo sujeito, ou até mesmo por diferentes sujeitos, em relação ao mesmo conteúdo. Por isso, a identidade do conteúdo devia independer idealmente das circunstâncias particulares em que o ato de pensar é executado, ou seja, da sua ocorrência no espaço-tempo — sendo o próprio ato individualizado por tal ocorrência. Sabe-se que os pensamentos indexicais (isto é, pensamentos expressos por termos singulares cujo conteúdo muda sistematicamente de acordo com mudanças ocorridas no contexto de proferimento da sentença) são especialmente desafiadores para a teoria de pensamento proposicional justamente porque a identidade do conteúdo depende neste caso das circunstâncias particulares de enunciação – de quem profere a sentença, quando ou onde ela foi proferida −, conforme ressaltado por Bermúdez (2003, p. 3; 197).[14] E caso o termo singular não seja um indexical (ou um demonstrativo ou ainda um pronome usado demonstrativamente), a aproximação deve dar espaço à possibilidade de entreter e apreender o conteúdo expresso sem estar em contato direto ou indireto com os fatos que o tornam verdadeiro ou falso. Este requisito é preenchido por versões da

[14] A não ser que se sustente, como Frege (1918-19), que, caso o termo singular seja um indexical, as alterações contextuais afetam apenas a expressão do pensamento, não o próprio pensamento.

aproximação semântica padrão, as quais acomodam a possibilidade de entreter (e apreender) pensamentos singulares sobre particulares que estão por vir[15].

Por outro lado, a principal motivação da teoria do pensamento enquanto episódio mental para assumir <PRSP> diz respeito ao fato do episódio, diferentemente do conteúdo, não apresentar estrutura alguma que possibilitasse sua individualização por critérios millianos ou, então, mais finos que a mera contribuição objetual do termo singular às condições de verdade da sentença e a validade da generalização existencial em relatos *de re* de crença[16]. Isto não quer dizer que o episódio não possa de maneira alguma ser sujeito a condições racionais tal como a condição de Frege. Pode, enquanto *relatum*, sendo os demais *relata* a proposição (o conteúdo estruturado) e algum modo de apreendê-la (*ways of taking it*). Porém, não é *per se* sujeito a tais condições.

6. Lacuna

Embora tenha méritos e argumentos falando a seu favor, este tipo de aproximação da singularidade de pensamentos apresenta uma lacuna: <PRSP> não leva em consideração a possibilidade da singularidade do pensamento (em sentido psicológico) ser diretamente assegurada pelo tipo de capacidade cognitiva envolvido no ato de pensar em objetos particulares. Ora, tanto pesquisas recentes em psicologia cognitiva quanto filósofos da linguagem e da mente atentos ao papel de tais capacidades apontam claramente nessa direção.

Costuma-se falar, em psicologia cognitiva, em atos de pensar *episódicos* (*episodic thinkings*) em contraposição a *não episódicos,* excluindo de antemão por ser irrelevante para a caracterização dos primeiros qualquer noção trivial de

[15] Kaplan (1968) admite a possibilidade de entreter pensamentos singulares sobre *e.g.* o primeiro bebê a nascer no século XXII desde que o termo singular usado para referir-se a ele ('Newman 1') seja um termo diretamente referencial introduzido mediante a descrição definida.

[16] Pode-se pensar em critérios tais como a chamada 'condição de Frege' (Schiffer, 1978) de acordo com a qual deve ser possível atribuir, sem irracionalidade, ao sujeito ao mesmo tempo a crença de que *a* é *F* e a crença de que *a* não é *F*.

episódio[17]. Os atos de pensar episódicos envolvem o exercício de capacidades cognitivas específicas tais como a capacidade de vivenciar novamente acontecimentos pessoais específicos — conhecida como memória episódica —, em contraposição à capacidade de lembrar fatos gerais impessoais — conhecida como memória semântica (Tulving, 1972; 2002); a capacidade de simular (*i.e.,* projetar-se) mentalmente (na direção de) acontecimentos específicos futuros, em contraposição à capacidade de pensar no futuro com base num roteiro de como as coisas costumam acontecer (Atance; O'Neil, 2005); a de simular mentalmente acontecimentos específicos possíveis na sua vida passada ou futura, em contraposição à contemplação de roteiros hipotéticos gerais (Schacter *et al.*, 2015)[18]; ou ainda a de se pensar em objeto particular, individualizada pela circunstância particular em que se deu o encontro perceptual como o objeto, em contraposição à capacidade de pensar repetidamente no mesmo objeto particular (Martin, 2002).

Já por serem baseados em (re)vivenciamento de acontecimentos particulares, os atos de pensar episódicos apresentam a propriedade de serem singulares no sentido de serem constitutivamente ligados à ocorrência no espaço e no tempo de acontecimentos pessoas específicos. No caso de pensamentos perceptuais, tal ligação envolve fatores tais como a posição ocupada pelo objeto *vis-à-vis* o sujeito. Visivelmente, esta possibilidade não está sendo contemplada pelo <PRSP>. A questão que se coloca, daqui em diante, de um ponto de vista filosófico é: faz sentido falar em '*capacidades* episódicas' exercidas em atos de pensar voltados para acontecimentos particulares?

[17] Caso se entenda por 'episódio' um acontecimento qualquer na vida mental do sujeito, todos os atos de pensamento acabam sendo trivialmente episódicos.

[18] Costuma-se considerar que essas diversas instâncias de pensamento episódico formam um sistema fundado nas atividades do cérebro. Para um estudo dos substratos neurais da tese psicológica de continuidade entre pensamentos baseados em memoria episódica e pensamentos episódicos voltados para o futuro, ver Addis *et al.* (2007); Schacter *et al.* (2007). Para um exame crítico da tese de continuidade, ver Perrin; Michaelian (2017).

7. Capacidades episódicas

Quem quiser argumentar a favor da existência de tais capacidades pode apelar, por um lado, à necessidade de proporcionar critérios de individuação dos pensamentos singulares mais finos do que a mera contribuição objetual do termo singular às condições de verdade da sentença em que ocorre e a condição de Frege e, por outro, ao fato dessa necessidade ser (supostamente) evidenciada pela subclasse dos pensamentos demonstrativos perceptuais.

Considere o seguinte par de enunciados:

(1) Denis está prestes a defender sua tese de livre-docência.

(2) Ele [apontando para uma determinada pessoa no meu campo visual, sendo essa pessoa o referente de "Denis" em (1)] está prestes a defender sua tese de livre-docência.

Embora (1) e (2) expressem pensamento(s) singular(es) individualizáveis conforme os critérios acima, há uma diferença intuitiva entre eles do ponto de vista das capacidades para se pensar em objetos particulares envolvidas. Em (1), a capacidade para se pensar (de certo modo) no objeto independe do sujeito estar ou não na sua presença. Por isso, a capacidade permanece no tempo (e no espaço) e pode ser exercida em diferentes ocasiões sem alterar a identidade do pensamento expresso. Já em (2) a forma de se pensar no objeto não "sobrevive" ao encontro perceptual com ele, pois o pensamento singular só pode ser contemplado por quem estiver na relação perceptual apropriada com o objeto no momento do proferimento. Sendo assim, o pensamento singular expresso em outra ocasião não é e não pode ser o mesmo, a não ser que ajustes psicológicos sejam realizados no intuito de manter a relação com o objeto[19].

[19] Por exemplo, ajustes do tipo 'desligue-e-reconheça' (Perry, 1997) – caso o contato visual com o objeto tenha sido perdido por um tempo e restabelecido depois. Contudo, é de se perguntar se o pensamento singular expresso neste caso merece o qualificativo de *demonstrativo* já que o reconhecimento remete a outro modo de identificação. Para que o pensamento singular demonstrativo seja de fato o mesmo o sujeito tem que manter, conforme ressaltado por Evans (1982, pp. 146, 174-6), um vínculo informativo contínuo com o objeto proporcionado pela capacidade de rastreá-lo (visualmente). Uma

Poder-se-ia objetar que não é certo que "ele" em (2) expresse um pensamento cuja identidade dependa da presença perceptual do objeto. Afinal – assim segue o argumento –, podemos falar de uma pessoa ausente usando (2) e, inclusive, *pensar* nela utilizando a mesma sentença. A possível manutenção de uma diferença se daria porque uma definição tão estrita foi dada à noção de pensamento demonstrativo que o ponto acabaria sendo decidido por estipulação.[20]

Vale lembrar que o uso do que se trata em (2) é o chamado uso *indexical* do pronome de terceira pessoa. Sabe-se que a marca registrada deste tipo de uso é selecionar um elemento no contexto de proferimento para servir como *index* (isto é, como apontador do referente). Sendo o *index* do pronome o objeto da demonstração, parece no mínimo estranho afirmar que "ele" refere a uma pessoa que não está no alcance perceptual do proferidor da frase, a não ser que se trate, claro, de um caso de ostensão deferida. Esta é, a meu ver, a verdadeira diferença não estipulativa com o uso do nome próprio em (1).

Pode-se falar e pensar em diversas ocasiões num objeto particular e, certamente, pensamentos demonstrativos também requerem o exercício de capacidades permanentes para se pensar em objetos particulares. No entanto, ainda que se admita a existência de tais capacidades para pensamentos demonstrativos, pode-se alegar que existe um *gap* entre pensar repetidamente no mesmo objeto particular e ter pensamentos situados sobre objetos particulares de percepção – o qual *gap* seria evidenciado pela diferença semanticamente fundada entre (1) e (2).

Seguindo essa linha de raciocínio, Martin aponta uma classe de pensamentos singulares individualizados por fatores posicionais que requerem, por sua vez, o exercício de capacidades episódicas operando contra o pano de fundo de capacidades permanentes de entreter novos pensamentos singulares situados.

> No caso de pensamentos demonstrativos (…) precisamos reconhecer a presença de algo além das capacidades permanentes para se pensar em objetos. É preciso atentar para a possibilidade de alguém ser capaz de pensar, em uma determinada ocasião, em

---

coisa, no entanto, é rastrear o objeto, outra reconhecê-lo, conforme admitido pelo próprio Perry (1997).

[20] Sou agradecido a um parecerista anônimo por ter levantado a objeção.

> um objeto ou acontecimento particular, dadas as circunstâncias presentes nesta situação particular. Essa habilidade ou capacidade de se pensar em um determinado objeto em uma circunstância particular deve ser concebida como uma capacidade pontual e irrepetível: uma capacidade episódica. Caso tal capacidade surja em uma determinada ocasião, nenhum outro ato de pensar, inclusive aqueles realizados por esse mesmo pensador, envolveria exatamente a mesma capacidade episódica, ainda que tal ato de pensar fosse sobre o mesmo indivíduo. Tais capacidades episódicas podem ser atribuídas de forma plausível apenas na presença das capacidades permanentes correspondentes. Concordaríamos tão somente em atribuir a um sujeito a capacidade de emitir juízos demonstrativos no caso de ele ou ela ser capaz de emitir demais juízos desse tipo. Diferentemente das capacidades permanentes para se pensar em indivíduos introduzidas acima, essas capacidades permanentes para pensamentos demonstrativos não devem ser concebidas como capacidades para se pensar (repetidamente) sobre algum determinado item individual, mas talvez fossem mais bem concebidas como capacidades para se pensar em qualquer coisa que esteja na posição correta quando ocorrer o evento propício para o surgimento da capacidade; ou seja, como uma capacidade independente do objeto de desenvolver a capacidade episódica de pensar em um objeto quando este encontra-se na posição correta em uma determinada ocasião. (Martin 2002, p. 179) [21]

[21] No idioma original: "In the case of demonstrative thoughts (...), we need to recognise the presence of more than any such standing capacities for thinking about objects. We need to note the possibility of someone on a given occasion being capable of thinking about a particular object or event just given the circumstances present in that particular situation. Such an ability or capacity to think about a given object in a particular circumstance should be thought of as a one-off, unrepeatable capacity: an episodic capacity. If such a capacity arises on a given occasion, no other thinking, even by that very same thinker would involve the very same episodic capacity, even if it concerned the very same individual. Such episodic capacities are plausibly attributed only where there is a corresponding standing capacity. We would be reluctant to attribute to a

8. Há?

Este caminho alternativo para chegar à singularidade de alguns de nossos pensamentos sobre o mundo é promissor. No entanto, para que fique aberto, é preciso remover um importante obstáculo: a confusão gerada pela própria noção de capacidade episódica entre a capacidade (ela mesma) e seus exercícios (suas manifestações). Não cabe, em verdade, à própria capacidade ser ou não episódica (*i.e.* pontual e irrepetível) e, sim, a seus exercícios (às suas manifestações), pois apenas estes (estas) se encontram no espaço e no tempo. Por isso, não existem, estritamente falando, capacidades episódicas de se lembrar ou ainda de simular mentalmente acontecimentos específicos (passados, futuros) reais ou possíveis; tampouco capacidades episódicas de se pensar perceptualmente em acontecimentos (objetos) específicos. Há, por um lado, atos (episódios) mentais conceituais pontuais e irrepetíveis e, por outro, capacidades livremente repetíveis, pois não essencialmente individualizadas por atos singulares de percepção ou de pensamento baseado em percepção. As capacidades são exercidas *ao* realizar o ato mental singular de pensar (*e.g.* que isto é *F*), embora não possam ser igualadas aos atos singulares de pensamento demonstrativo. Conforme notado por Burge (2009), é essencial para os fins de explicação psicológica que cada ato particular de percepção possa ser visto como a instanciação de um padrão geral de reação perceptiva a estímulos-tipos do meio-ambiente e cada ato de pensar baseado em percepção e demonstração como a instanciação de uma capacidade geral (*i.e.,* livremente repetível) de pensar, por exemplo, que isto é *F*.

---

subject the capacity to make demonstrative judgements, unless he or she was able to make more than one such judgement. Unlike the standing capacities for thought about individuals introduced above, these standing capacities for demonstrative thought are not to be thought of as abilities to think (repeatedly) about some given individual item, but might rather be thought of as capacities to think about whatever is suitably placed when the appropriate occasioning event for the capacity occurs. That is, as an object-independent capacity to acquire the episodic capacity to think about an object when suitably placed on a given occasion." Sou grato a Pedro Carné por ter me ajudado na tradução para o português.

9. De volta ao exemplo

Tendo isto em vista, podemos voltar a nosso par de enunciados, tentando reinterpretar a natureza da diferença cognitiva em jogo. Caso se assuma que se trata de uma diferença relevante para a semântica, parece-me seguro afirmar que esta não consiste essencialmente no fato de "Denis" e "ele" em (1) e (2) não terem a mesma significação cognitiva (*cognitive significance*), ou seja, o mesmo valor informativo e o mesmo impacto para a ação das suas contrapartes triviais. Afinal, a condição de Frege — um sujeito S pode sem irracionalidade considerar (1) como verdadeira e ao mesmo tempo (2) como falsa apesar de "Denis" and "ele" serem correferenciais — à qual costuma-se apelar para dar conta da diferença em termos semânticos vale, conforme notado por Cappelen e Dever (2013, p. 33), para qualquer instância de falha de substituição *salva veritate* e, portanto, não tem especificamente a ver com os significados respectivos do nome próprio e do demonstrativo enquanto expressões-tipos. Por isso, apelar a uma camada semântica adicional (*e.g.* reflexiva) de conteúdo e a feixes de informações associados pelo falante competente ao demonstrativo e ao nome próprio, como fazem Perry (2001) e Korta e Perry (2011), não resolve. Conforme visto anteriormente, a diferença diz respeito, por um lado, ao fato da capacidade para se pensar no item individual requerida por (1) ser uma capacidade permanente, a qual independe da presença perceptual do item para ser exercida e, por outro lado, ao fato da capacidade requerida por (2) ser uma capacidade livremente repetível (no espaço e no tempo) embora dependente por suas aplicações singulares da presença perceptual do item particular e da posição ocupada por este em relação ao pensador[22]. Não se precisa assumir que esta capacidade "morre" após o encontro perceptual com o particular para dar conta da diferença cognitiva entre (1) e (2).

[22] Entende-se aqui por 'aplicação singular' mais ou menos o que Burge entende, ou seja, a parte do conteúdo representacional (completo) de um pensamento *de re* (baseado em percepção) individualizada "em termos de ocorrências especificas no tempo" (2009, p. 225). Este tipo de aplicação se contrapõe à aplicação de atributos por se dar apenas contextualmente.

10. Conclusão

Pace <PRSP>, há um sentido não derivado em que os próprios atos de pensamento (*thinkings*) voltados para objetos ou acontecimentos particulares podem ser caracterizados como singulares. Basta haver capacidades cujas aplicações singulares são essencialmente ligadas à presença perceptual do particular e, além disso, a fatores tais como a posição ocupada, num determinado contexto, pelo particular *vis-à-vis* o pensador para que o ato de pensamento correspondente possa ser qualificado como singular no sentido de *pontual* e *irrepetível*, conforme os critérios de individualização dos atos mentais. Sendo assim, a episodicidade de alguns de nossos pensamentos sobre o mundo é condição suficiente embora não necessária para a singularidade, pois nem todos os pensamentos requerem exercícios pontuais e irrepetiveis de capacidades livremente repetíveis para serem singulares. Por outro lado, o apelo a conteúdos semânticos singulares se torna necessário caso se queira ressaltar o caráter não geral do pensamento expresso ou, então, quando a relação com o acontecimento particular é tal que não envolva nenhuma espécie de (re- ou pre-) vivenciamento por parte do sujeito. Esta seria, a meu ver, a forma correta de se pensar na relação entre pensamento singular e atos de pensamentos episódicos.

Referências

ADDIS, D. R.; WONG, A. T.; SCHACTER, D. L. "Remembering the Past and Imagining the Future: Common and Distinct Neural Substrates During Event Construction and Elaboration". *Neuropsychologia*, 45 (7), pp. 1363-1377, 2007.

ALMOG, J.; PERRY, J., *et al. Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989.

_____; LEONARDI, P. *The Philosophy of David Kaplan*. New York: Oxford University Press, 2009.

ATANCE, C. M.; O'NEILL, D. K. "The Emergence of Episodic Future Thinking in Humans". *Learning and Motivation*, 36, pp. 126-144, 2005.

BACH, K. *Thought and Reference*. Paperback Edition. Oxford, New York: Oxford University Press, 1994.

_____ "Getting a Thing into a Thought". In: R. Jeshion (ed.) (2010b), pp. 39-63.

BERG, J. *Direct Belief: An Essay on the Semantics, Pragmatics, and Metaphysics of Belief.* Berlin: De Gruyter, 2012.

BERMÚDEZ, J. L. *Thinking Without Words*. New York: Oxford University Press, 2003.

BERNECKER, S.; MICHAELIAN K. *The Routledge Handbook of the Philosophy of Memory*. London, New York: Routledge, 2017.

BURGE, T. Belief *De Re. Journal of Philosophy,* 74 (6), pp. 338-362, 1977.

_____ "Five Theses on *De Re* States and Attitudes". In: J. Almog and P. Leonardi (Eds.) (2009), pp. 246-316.

CAPPELEN, H.; DEVER, J. *The Inessential Indexical: On the Philosophical Insignificance of Perspective and the First Person*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CHURCH, A. "A Formulation of the Logic of Sense and Denotation". In: P. Henle (ed.) (1951), pp. 3-24.

CRANE, T. "I–The Singularity of Singular Thought". *Aristotelian Society Supplementary Volume*, LXXXV (1), pp. 21-43, 2011.

CRANE, T. *The Objects of Thought*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

DONNELLAN, K. S. "Reference and Definite Descriptions". *The Philosophical Review*, 75 (3), pp. 281-304, 1966.

EVANS, G. *The Varieties of Reference.* J. McDowell (ed.). Oxford: Clarendon Press, 1982.

FREGE, G. "Der Gedanke. Eine logische Untersuchung". *Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus*, 2, pp. 58-77, 1918-19.

HAWTHORNE, J.; MANLEY, D. *The Reference Book*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

HENLE, P. *Structure, Method, and Meaning: Essays in Honor of Henry M. Sheffer*. New York: Liberal Arts Press, 1951.

JESHION, R. "Introduction to New Essays on Singular Thought". In: R. Jeshion (ed.) (2010), pp. 1-35.

_____ *New Essays on Singular Thought*. Oxford, New York: Oxford University Pressed, 2010.

KAPLAN, D. "Quantifying In". *Synthese*, 19 (1-2), pp. 178-214, 1968.

_____ "Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals". In: J. Almog, J. Perry et al. (eds.) (1989), pp. 481-563.

KORTA, K.; PERRY, J. *Critical Pragmatics: An Inquiry Into Reference and Communication*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

KRIPKE, S. A. *Naming and Necessity*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1980.

LESLIE, S.-J.; LERNER, A. "Generic Generalizations". *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2016 Edition), E. N. Zalta (ed.), URL= <https://plato.stanford.edu/archives/win2016/entries/generics/>, 2016.

MARTIN, M. G. F. "Particular Thoughts and Singular Thought". In: A. O'Hear (ed.) (2002), pp.173-214.

MARTONE, F. "Singular Reference Without Singular Thought". *Manuscrito*, 39 (1), pp. 33-59, 2016.

O'HEAR, A. *Logic, Thought, and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PERRIN, D.; MICHAELIAN, K. "Memory as Mental Time Travel". In: S. Bernecker and K. Michaelian (eds.) (2017), pp. 228-239.

PERRY, J. "Rip Van Winkle and Other Characters". *The European Review of Analytical Philosophy*, 2: *Cognitive Dynamics, pp*. 13-39, 1997.

_____ *Reference and Reflexivity*. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2001.

QUINE, W. V. "Quantifiers and Propositional Attitudes". *Journal of Philosophy,* 53 (5), pp. 177-187, 1956.

RECANATI, F. "Singular Thought: In Defence of Acquaintance". In: R. Jeshion (ed.) (2010), pp.141-189.

RUSSELL, B. "On Denoting". *Mind*, 14 (56), pp. 479-493, 1905.

SALMON, N. *Frege's Puzzle*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1986.

_____ "Tense and Singular Propositions". In: J. Almog, J. Perry *et al* (eds.) (1989), pp. 331-392.

_____ "Three Perspectives on Quantifying In". In: R. Jeshion (ed.) (2010), pp. 64-76.

SCHACTER, D. *et al.* "Episodic Future Thinking and Episodic Counterfactual Thinking: Intersections between Memory and Decisions". *Neurobiology of Learning and Memory,* 117, pp. 14-21, 2015.

SCHACTER, D. L.; ADDIS, D. R.; BUCKNER, R. L. "Remembering the Past to Imagine the Future: The Prospective Brain". *Nature Reviews Neuroscience*, 8 (9), pp. 657-661, 2007.

SCHIFFER, S. "The Basis of Reference". *Erkenntnis*, 13 (1), pp. 171-206, 1978.

THOMPSON, M. "Singular Terms and Intuitions in Kant's Epistemology". *Review of Metaphysics*, 26 (2), pp. 314-343, 1972.

TULVING, E. "Episodic and Semantic Memory". In: E. Tulving and W. Donaldson (eds.) (1972), pp. 381-403.

_____ *Elements of Episodic Memory*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

_____; DONALDSON, W. *Organization of Memory*. New York: Academic Press, 1972.

(cc) BY